



MUNICÍPIO DE AVEIRO
Assembleia Municipal

ACTA N.º 26

Sessão Ordinária de Setembro

1.ª Reunião de 06-09-2002

Aos seis dias do mês de Setembro de dois mil e dois, no Auditório 2 do Centro Cultural e de Congressos, nesta cidade de Aveiro, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal Carlos Manuel Natividade da Costa Candal, secretariado pelo Primeiro Secretário Custódio das Neves Lopes Ramos e Segundo Secretário Pedro Machado Pires da Rosa, e com a presença dos seguintes Vogais, Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Raúl Ventura Martins, Maria Teresa Fidélis da Silva, José da Cruz Costa, Jaime Simões Borges, Orlando Eduardo Silva Terra Sêca, Paulo Jorge Teixeira de Jesus, Mário Manuel Borges Pereira Pinto, António Fernando Ribeiro Martins, Maria Isabel Almeida Velada, Fernando Manuel Teixeira Alves, João Alberto Simões Barbosa, Álvaro Patrício do Bem, António Luís Gomes de Carvalho, António Ildebrando Nunes Costeira, Manuel Vieira dos Santos, Rui Manuel Pereira Costa, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Maria das Dores Rodrigues Picado Magalhães Topete, Ermelinda Clara Fernandes Oliveira Ribeiro Costa, Pedro Ricardo Oliveira Cardoso, Maria Antónia Corga de Vasconcelos Pinho e Melo, Liz Miguel Marques Silva, João Carlos Martins Valente, Carlos Gustavo Oliveira Braga Barros, Firmino Marques Ferreira, Victor Manuel da Silva Martins, Fernando Vieira Ferreira, Diamantino Laranjeira Simões Jorge, António do Santos Costa, Joaquim dos Santos Abreu, Manuel Arede de Jesus e Élio Manuel Delgado da Maia.

Pelas 21:00 horas o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

No momento da chamada verificou-se a ausência dos seguintes Vogais:

Maria da Conceição Seixas Almeida, Diogo Manuel Santos Soares Machado e António Manuel Santos Salavessa.

Por parte da Câmara Municipal, estiveram presentes o Vice-presidente Eduardo Elísio Silva Peralta Feio, e os Vereadores Lusitana Maria Geraldês da Fonseca, Manuel Fernando Ferreira Rodrigues, Marília Fernanda Correia Martins, Domingos José Barreto Cerqueira e Ângelo Pereira Pires.

Seguidamente o Presidente da Mesa deu conhecimento à Assembleia, nos termos do artigo 78.º da Lei 169/99 com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002, do pedido de substituição até 30 dias com início a 9 de Setembro, do Vogal António Manuel dos Santos Salavessa, que é substituído por António Manuel Pinho Regala.

Continuando deu conhecimento à Assembleia, nos termos da mesma legislação, do pedido de substituição, para toda a Sessão Ordinária de Setembro, da Vogal Virgínia Celeste das Neves Rodrigues da Silva Veiga por Paulo Jorge Teixeira de Jesus. E ainda, da vogal Ana Carla Guerra de Miranda Macedo por António Fernando Ribeiro Martins, em virtude do cidadão sucedâneo na lista de candidatos, Nuno Rosa da Silva Barata, ter apresentado

impedimento para toda a Sessão Ordinária de Setembro. O Vogal Henrique Manuel Morais Diz, foi substituído nesta reunião por Rui Manuel Pereira Costa.

Ainda nos termos da legislação em vigor, nesta reunião, os Presidentes de Junta Manuel Júlio Braga Alves e Armando Manuel Dinis Vieira, fizeram-se substituir, respectivamente, por Fernando Manuel Teixeira Alves e Firmino Marques Ferreira.

Foram efectuados os reconhecimentos de poderes.

Seguidamente o Presidente da Mesa leu a Ordem do Dia para esta Sessão Ordinária de Setembro, cujos pontos se transcrevem:

Ponto 1 – Comunicação Escrita do Presidente da Câmara Municipal;

Ponto 2 – Alteração ao artigo 31.º do Regulamento do PDM;

Ponto 3 – Derrama para o ano 2003;

Ponto 4 – Taxa da Contribuição Autárquica para o ano 2003;

Ponto 5 – Plano de Pormenor da Baixa de Santo António;

Ponto 6 – Regimento da Assembleia Municipal de Aveiro;

Ponto 7 – Regulamento Municipal de Aveiro dos Automóveis de Aluguer;

Ponto 8 – Regulamento Municipal de Aveiro da Venda Ambulante;

Ponto 9 – Regulamento Municipal dos Mercados Municipais Retalhistas do Concelho de Aveiro.

Continuando colocou à apreciação e votação do plenário as actas das reuniões anteriores nos termos que se seguem:

Acta n.º 18 - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por unanimidade.

Acta n.º 19 - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por unanimidade.

Acta n.º 20 - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por unanimidade.

Acta n.º 21 - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por unanimidade.

Acta n.º 22 - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria de tinta e cinco votos a favor e uma abstenção.

Acta n.º 23 - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria de tinta e cinco votos a favor e uma abstenção.

Acta n.º 24 - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por unanimidade.

Acta n.º 25 - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria de tinta e cinco votos a favor e uma abstenção.

Continuando deu nota da correspondência recebida, informando os Srs. deputados que a mesma se encontra disponível para consulta nos serviços de Apoio à Assembleia Municipal.

(Deram entrada na sala os Vogais Jorge Manuel do Nascimento e Vítor Manuel Santos Marques).

Vogal Maria Antónia Pinho e Melo (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 3 do artigo 61.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“A minha intervenção é de carácter geral sobre actas.

O princípio subjacente ao Regimento, no que concerne às actas, era transcrever apenas os assuntos importantes. O PSD tem procurado cumprir esse princípio respeitando o espírito do regimento no sentido de agilizar os trabalhos desta Assembleia.

Não é isso que tem vindo a acontecer. Quem ler as actas fica com a sensação de que apenas alguns deputados municipais se interessam pelos assuntos da agenda, participando activamente nos trabalhos.

Talvez o erro tenha sido nosso e por isso, a partir de agora, passaremos a requerer com frequência que as intervenções do PSD sejam transcritas na íntegra.

Não é nossa intenção promover pessoalmente os membros da nossa bancada, nem desejamos de qualquer modo perturbar ou atrasar o andamento dos trabalhos. Interessamos, acima de tudo, que os problemas do concelho de Aveiro sejam resolvidos com a nossa participação, tendo sempre em mente que o interesse colectivo, para nós, está sempre acima de qualquer protagonismo individual.

Há de facto, no entanto, um enorme desequilíbrio nas actas que, repito, se deve a erro nosso, e que a partir de agora vamos corrigir”.

Seguidamente e nos termos do artigo 84.º da legislação em vigor, o Presidente da Mesa concedeu a palavra ao público.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

De seguida usou da palavra o munícipe:

João Alberto Martins, na qualidade de representante dos residentes na Rua Infante D. Henriques, 3 – Alagoas, freguesia de Santa Joana, pediu esclarecimentos de como foi autorizado o licenciamento dum bloco de apartamentos nesta mesma rua.

Membros da Assembleia

Presidente da Mesa

Não havendo mais intervenções do público, o Presidente da Mesa, nos termos regimentais, deu início ao “Período de Antes da Ordem do Dia”.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Intervieram neste ponto:

Membros da Assembleia

Vogal Santos Costa (CDS/PP)

Vogal Raúl Martins (PS)

Vogal Santos Costa (CDS/PP)

▲

Vogal João Barbosa (PS)

Vogal Jorge Nascimento (PS)

Vogal Filipe Brandão (PS) - Nos termos do n.º 3 do artigo 61.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

VOTO DE PESAR, pelo falecimento do Dr. Manuel Costa e Melo, conhecido combatente pela liberdade, democrata convicto e homem de convicções que sempre foi. Foi também fundador de um dos partidos estruturantes da democracia portuguesa, designadamente e muito honradamente, o Partido Socialista — Pessoa em boa hora distinguida pelo município de Aveiro com a medalha de prata.

VOTO DE PESAR, pelo falecimento do Presidente da Assembleia Municipal de Viseu — Dr. António José Coelho de Araújo”.

Presidente da Mesa

Vogal Joaquim Abreu (CDS/PP)

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 3 do artigo 61.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Eu gostaria também nesta minha primeira intervenção, de desejar as melhoras ao Senhor Presidente da Câmara e lamentar o facto de ele não poder estar aqui pelo facto de estar doente. E por isso, desejo as rápidas melhoras e que se restabeleça rapidamente para poder estar aqui a debater connosco os problemas do município.

Bom, e porque aquilo que somos chamados aqui a fazer é realmente debatermos os problemas de Aveiro (de Aveiro enquanto município e de Aveiro enquanto região), eu gostaria exactamente de começar pelo enquadramento de Aveiro região e daquilo que tem sido a problemática e do prejuízo que tem sido o facto da região de Aveiro estar espartilhada por duas CCR's.

É um facto e por isso, o meu regozijo pelo facto de também ter lido nos jornais que há uma intenção ou até já mais do que uma intenção para a criação de novas áreas metropolitanas. Penso que é, se calhar, o caminho acertado para que o poder das CCR's (sem criar grandes conflitos), possa ir sendo cada vez mais diminuído e os municípios serem chamados por afinidades entre si e por iniciativa dos próprios municípios, para que se possam associar e criarem as ditas áreas metropolitanas.

Acho que Aveiro, aqui enquanto concelho e Aveiro enquanto região, tem que aproveitar esta oportunidade quando for lançado o enquadramento jurídico. Aveiro tem que estar preparado para podermos avançar com uma região e assim podermos ter todos os serviços que impotentemente andamos a reclamar — e agora podemos ter esta possibilidade de que todos os serviços voltem e voltem se calhar de uma maneira mais definitiva para a nossa região. Mas para isso acontecer, eu acho que tem que haver ainda muito dialogo e muito boa vontade entre um conjunto de intervenientes na sociedade politica regional aveirense, que eu espero que venham a acontecer num futuro muito próximo para Aveiro, tal como esteve preparado para outros desafios que quando surgiam as oportunidades Aveiro estava presente. E estou-me a lembrar do estádio, que quando surgiu a oportunidade de se fazer um concurso e de Aveiro concorrer, tínhamos um dossier preparado. Em outras iniciativas estamos preparados para podermos avançar, que tal também possa acontecer quando surgir a legislação que crie as novas áreas metropolitanas.

Voltando, e indo agora a assuntos que dizem respeito ao município, eu só queria recordar nesta Assembleia que no dia 28 de Junho esteve aqui presente — tenho pena de não ter estado aqui presente, mas vi nas actas — esteve aqui presente o Sr. Fernando Simões de

Moura. E o Senhor Fernando Simões de Moura, muito democraticamente veio a esta Assembleia chamar à atenção, que deveriam de ser tomadas diligencias porque se estava a construir em Cacia uma ponte sobre a linha do caminho-de-ferro que não servia a população – e justificava porque é que não servia a população; dizia mesmo que “em Cacia são pessoas que trabalham o campo, são pessoas que precisam de passar com veículos de tracção animal e a ponte tem uma inclinação que não dá para as pessoas poderem passar e poderem usufruir da ponte para toda a serventia que a ponte tem que servir”. O que é um facto e é aqui que eu me quero lamentar, quando um cidadão em nome de todos utiliza um fórum democrático para ser ouvido, afinal não resulta! Porque desde o dia 28 de Junho tínhamos sido alertados aqui para esta situação. O que é um facto é que só quando há um levantamento popular é que o assunto vem à baila e as promessas surgem nessa altura. E isso eu lamento que tenha acontecido porque é pena e se calhar são atitudes como estas que fazem desmotivar outros cidadãos a utilizarem este fórum para poderem fazer as suas reivindicações de uma maneira ordeira e de uma maneira democrática.

Temos hoje aqui connosco mais um cidadão que vem falar em nome de muitos outros, também com um problema que para já a mim me deixa intrigado, como é que numa determinada zona há um proprietário que se propõe construir na zona, é impedido ou por algum motivo não o fez e agora vende o terreno, e afinal já há uma permissão e para uma volumetria muito maior do que aquela que em principio deveria ser legitimada.

Pedia, portanto, e para que se esclareçam as dúvidas, e uma vez que a dúvida está lançada, gostaria que a bancada do PSD tivesse acesso a esta documentação. Por isso, antes de fazermos algum juízo de valor gostaríamos não só de ouvir a explicação do Senhor Presidente em exercício – aqui nesta Assembleia, mas gostaríamos também que nos fosse proporcionada a documentação que suporta todo este problema.

Por isso, há um não licenciamento e depois um licenciamento a um segundo empreendedor, e gostaríamos de ter os documentos que provem que está de acordo com o PDM aprovado para este município. Antes de fazer mais algum juízo de valor, penso que será esta a atitude ordeira também e democrática para que este assunto não possa mais uma vez também cair no esquecimento como outros assuntos de munícipes que vêm a esta Assembleia.

Um terceiro assunto, que gostaria também de tratar neste período tem a ver com a questão da insegurança. Já são várias as intervenções ao longo deste mandato nesta Assembleia, que têm vindo aqui acerca da insegurança: é insegurança na zona da Beira Mar, que é aquela onde se reflecte mais a questão da insegurança, mas há outras zonas onde se reflecte a insegurança. Quais são? Bom, são aquelas zonas em que há equipamentos de lazer misturados com habitação. Nós sabemos que é esta a realidade! Penso é que não é uma fatalidade. Esta realidade tem que de certa maneira, tem que haver por parte da polícia uma consciencialização em que há pontos de conflito. Que é natural que quem vem de um restaurante ou vem de um bar a certas horas da noite, se calhar vem com alguma euforia e que vai incomodar os outros, e por isso espera-se que haja uma actuação da polícia a este nível. E o que é um facto é que não se tem verificado nenhuma actuação diferente da polícia em relação nem à Beira Mar, nem ao Bairro do Liceu, nem ao Bairro de Santiago, nem a qualquer bairro onde coexista habitação e zona de lazer nocturna. E por isso acho que a câmara não pode nem deve dizer que é um problema de polícia: não! É um problema de incomodo dos cidadãos porque há um planeamento da câmara e esse planeamento da câmara foi legitimado pela própria câmara e por isso todos nós somos responsáveis por coexistirem estas valências e por isso acho que a câmara tem que insistir e todos nós temos que insistir para que a policia faça bem o seu trabalho e se não o fizer,

que seja a câmara a tomar medidas para que os cidadãos continuem a poder usar da liberdade de poder descansar às horas a que normalmente se descansa.

Para já eram estes os assuntos que eu gostaria de tratar no Período de Antes da Ordem do Dia. Muito obrigado”.

Da Câmara Municipal:

Presidente da Câmara em exercício

B

“Muito rapidamente, algumas breves notas sobre as questões colocadas pelos senhores membros da Assembleia Municipal e iria começar pela questão levantada pelo munícipe.

Relativamente a esta questão, tivemos oportunidade de ver ainda ontem, eu próprio e o Senhor Presidente da Câmara a convite do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de S.^{ta} Joana de nos deslocarmos ao local. Essa situação foi-nos referenciada ontem ao fim da tarde, hoje mesmo foram solicitados alguns elementos aos Serviços que devem estar a compilar no sentido de poder haver uma resposta cabal. No local eu próprio tive oportunidade de notar que haveria uma travessia hidráulica, não é uma vala hidráulica, é um colector de águas pluviais, que faria o atravessamento de uma das extremas do terreno e que estaria neste momento já relativamente degradados por causa do desaterro. Obviamente é uma situação preocupante, o que nos transmitiu o Senhor Presidente da Junta de Freguesia é que todas as águas que vão ou que terminam perto daquela nova construção e daquele arruamento saíam por aquele colector. Obviamente esse é um dos pontos que os Serviços vão ter a devida atenção de forma a que no quadro de licenciamento do edifício e isso agora terá que ser verificado obviamente em que termos é que o fez. Pelo o que o próprio munícipe agora nos deu a entender, trata-se de um loteamento de 79 que eventualmente deve ter tido algumas alterações e que agora teve um licenciamento ainda no quadro desse loteamento em 2001, já depois de estar em vigor o PDM – como todos sabemos está em vigor desde 95 e portanto estou convencido que cumpre o que está previsto no PDM. Resta saber se foi a melhor opção em termos de licenciamento municipal. De qualquer das formas há algumas questões que têm de ser desde já atacadas, nomeadamente aquilo que tem a ver com o escoamento de águas pluviais.

Em relação à intervenção do membro da Assembleia Municipal – Santos Costa, ele coloca essencialmente duas questões, uma que tem a ver com a Ria de Aveiro em termos gerais e tem a ver com aquilo que é estratégia de desenvolvimento da Ria e da sua gestão. Todos nós sabemos e temos vindo aqui a discutir durante várias Assembleias aquilo que está a ser debatido no quadro da Associação de Municípios da Ria, na qual obviamente a Câmara Municipal de Aveiro tem acento e também tem acento no seu conselho de administração; houve uma grande discussão no término do mandato anterior da Associação de Municípios da Ria em relação à figura de gestão, obviamente que no que diz respeito à Câmara Municipal de Aveiro houve uma posição no sentido da criação de um instituto. Essa defesa foi feita também durante este mandato na Associação de Municípios da Ria, é algo que ainda está em cima da mesa e que no meu entender, pessoal agora, enquanto membro do conselho de administração da Associação de Municípios da Ria, seria o caminho apropriado.

Portanto, há aqui uma situação que no nosso entender devia ter um ataque forte, pela criação de um modelo de gestão assente numa unidade que tivesse muito a ver com as pessoas e com os municípios envolventes à Ria de Aveiro.

De qualquer das formas essa experiência também está a ser feita de forma colectiva pela Associação de Municípios da Ria e será um dos caminhos. Relativamente aquilo que tem a

ver com S. Jacinto, mais em particular e aquela preocupação demonstrada pelo Senhor Deputado que tem a ver com os Cais de atracação e com os trapiches em S. Jacinto, a Câmara Municipal de Aveiro há cerca de 3 anos – e está aqui o Senhor Presidente da Junta de Freguesia que à data já o era – através de um protocolo que estaria a laborar e que chegou praticamente a firmar com o Instituto Marítimo Portuário, tinha projectado e estava disposto a colaborar com esse mesmo instituto para a construção de um pequeno porto de abrigo que orçava em 220 mil contos.

Por um conjunto de circunstâncias e por um processo relativamente longo esta situação não se chegou a verificar, no entanto a Câmara de Aveiro tem todo o interesse em que essa situação se venha a verificar; vai continuar a lutar por ela, obviamente agora com a nova administração quer do Porto de Aveiro, quer com a nova administração do Instituto Marítimo Portuário, de forma a que essa situação também se resolva. Todas estas situações paralelas têm a ver com a própria inserção da Ria que também se meteram pelo caminho. No entanto no mandato anterior e o Dr. Raúl Martins já o referiu, houve um conjunto de obras, nomeadamente obras necessárias para se poder criar esse porto de abrigo – que foram já realizadas, como é o caso da “Muralha” que também foi uma obra que orçou mais de 200 mil contos e como também foi a colocação de um pequeno trapiche de apoio àquele espaço.

Portanto, é um projecto que não está de forma nenhuma esquecido por parte da Câmara de Aveiro; tentou ter uma resposta por parte da Câmara de Aveiro, o que obrigava a uma articulação entre a Administração Central e Administração Local e acabou por não se verificar. De qualquer das formas está completamente na agenda do município e portanto penso que vai atrás da preocupação do Senhor Deputado Municipal.

Em relação a S. Jacinto há um conjunto de outras preocupações, há um conjunto de outros projectos, é uma preocupação constante do município de Aveiro; temos vindo a falar e a conversar e neste momento está quase a ser uma realidade a questão do “ferry-boat”, que penso que vai ser um factor de melhoria de acessibilidade à Freguesia. Há um conjunto de outras preocupações que a própria Junta nos tem colocado relativamente à praia, portanto, há um conjunto de ideias para que na próxima época balnear a praia de S. Jacinto tenha outro tipo de vida e portanto, estamos a fazer tudo no sentido em que aquela freguesia que possui a única praia do município cada vez esteja nas melhores condições de vida para quem lá vive e também permita que haja outro tipo de condições para quem a quer visitar e quem a quer utilizar nomeadamente na época balnear.

Em relação à intervenção do Senhor Deputado Municipal João Barbosa, ele colocou duas questões – uma questão depois também foi posteriormente colocada por outro deputado municipal que tem a ver com uma questão de segurança. Obviamente que alguns deputados municipais penso que até têm assento no Conselho de Segurança – que esteve recentemente reunido, e houve já uma discussão à volta dessa questão. Obviamente que o município tem outras funções que não são directamente relacionadas com a segurança em termos de ordem pública, mas que são relacionadas com formas indirectas de tentar permitir essa segurança; desde a iluminação pública, até à limpeza urbana há um conjunto de preocupações que indirectamente terão a ver com a segurança do espaço. É a esse nível e nomeadamente na zona da beira-mar, quem ia à beira mar, e o Senhor Presidente da Junta iria todos os dias, à três anos e meio atrás, lembra-se da iluminação pública que existia e pode constatar a iluminação pública que existe neste momento. Portanto, naquilo que é a base ou são alguns factores que podem contribuir para a segurança, que não têm directamente a ver com a ordem pública, o município tem vindo a desempenhar o seu papel e obviamente é um investimento que não pára e que vamos continuar a fazer. Obviamente e em relação à ordem pública, há uma entidade que tem a competência

própria, à câmara municipal cabe-lhe fazer pressão, assim como a Assembleia Municipal também o tem feito; ao Conselho Municipal de segurança que também tem vindo a discutir essas questões e a inventariá-las.

Em relação aos transportes, obviamente houve uma alteração agora no quadro dos novos horários de Inverno, houve algumas carreiras que mudaram de horário; obviamente essas questões vão ser todas tidas em conta, houve outras que também foram reprimidas e portanto há estas situações que estão a ser apontadas no quadro dos serviços municipalizados e no seu conselho de administração e nos serviços técnicos e primeira linha serão analisadas e eventualmente se justificar poderá haver possivelmente algumas rectificações.

Em relação ao Deputado Nascimento, ele pôs essencialmente duas questões, uma que tem a ver com a sede do Beira-Mar e outra que tem a ver com aquilo que seriam os apoios ao Aveiro-Basket. Bem, começando por esta ultima situação, há um relatório de contas, penso que o relatório transcreve na íntegra tudo aquilo que são os apoios. Todos nós na Câmara, na Assembleia Municipal votaram o pacto social da empresa, sabem as regras ao fim e ao cabo que existem e anualmente aparecem perfeitamente discriminadas todas as entidades que apoiam a actividade do Aveiro-Basket. Em relação à sede do Beira-Mar trata-se de algo que penso que vai honrar todos os aveirenses, um edifício numa parte nobre da cidade que vai dignificar o clube e vai dignificar a cidade e foi consequência de um protocolo realizado entre o Município de Aveiro e o Beira Mar que envolve uma permuta com uma área e envolve um apoio do município também ao Beira Mar. Portanto, dentro desse protocolo cabe ao Município de Aveiro a construção da sede e cabe também ficar com a posse do imóvel que pertenceria ao Beira Mar.

Em relação ao Senhor Presidente da Junta e Deputado Municipal Senhor Abreu, ele está a referenciar duas situações que obviamente a Câmara está a tomar nota e eventualmente até penso que já terá feito alguma informação directamente à Câmara sobre estas duas situações e vamos dar nota aos Serviços que aquela prática que era uma prática tradicional acerca de dois anos se mantenha que é no meu entender pessoal (agora falo enquanto vereador), um contributo importante para a questão da gestão do território e para o próprio licenciamento municipal que estava a ser feito... não estou a ver, pode haver aqui algum lapso, para que não tenha sido realizado.

Em relação ao Senhor Deputado Manuel Coimbra, ele coloca uma situação de carácter global que obviamente a Câmara tem vindo a discutir e que tem vindo a conversar e também no quadro da AMRia se tem conversado e penso que todos os políticos aveirenses têm vindo a equacionar a situação, que é aquilo que tem a ver com o futuro da nossa região e que tem a ver com a forma de nos organizarmos de forma a conseguir sermos aquilo que na prática somos: uma das regiões mais desenvolvidas do país e que pode de certa forma contribuir de forma decisiva para o desenvolvimento do próprio país. Obviamente que as CCR's têm origem nas comissões de planeamento nos anos 70, ainda no tempo do antigo regime, não foram no meu entender também pessoal, a melhor solução para aquilo que seriam os interesses do distrito de Aveiro e o novo quadro que agora se apresenta, mas do qual nós ainda não temos um conhecimento muito profundo, apenas sabemos que haverá duas potenciais entidades que podem congrega os municípios que são as áreas urbanas e as áreas metropolitanas, dependendo do número de municípios e do número de população a serem afectadas, enquanto não percebermos bem quais é que são as suas competências e quais é que são os meios que a administração central vai pôr ao dispor, será um bocado difícil, se bem que o associativismo intermunicipal na região de Aveiro é forte, a AMRia é uma associação forte, temos também outras experiências associativas nomeadamente no Carvoeiro que são fortes, aliás ainda há cerca de 3 anos

houve um estudo realizado pela Universidade Nova de Lisboa sobre aquilo que era a vida das associações de municípios a nível nacional e as entidades que havia em termos locais e curiosamente na perspectiva de se poderem criar grandes áreas urbanas nessas regiões e curiosamente as duas áreas que eram apontadas e onde isso seria possível acontecer, seria na região de Aveiro e seria na região de Braga, contrariamente a um conjunto de outras situações identificadas. Penso que é um estudo muito interessante está disponível e eventualmente eu próprio tenho um exemplar que poderei facultar se o pretenderem. De qualquer das formas a questão que o Deputado Manuel Coimbra colocou tem a ver com a desnivelada em Cacia, e eu só queria dizer o seguinte: o município esteve nesta Assembleia municipal, colocou a sua preocupação, tinha colocado à Câmara e obviamente essa preocupação não caiu em saco roto. E todas as diligências que foram possíveis tomar foram tomadas até à data do encerramento da desnivelada, não foram inconsequentes e eu tive pessoalmente no local, nomeadamente aquando do encerramento da passagem de nível. A Junta de Freguesia fez um conjunto de reuniões, de telefonemas a tentar explicar exactamente o que é que se ia passar e quais é que eram as soluções que estavam em cima da mesa. Eu próprio estive num, houve ali um conjunto de problemas associados que de certa forma acabou naquela situação pontual, que no que tem a ver com os carros de tracção animal que era a situação mais mediatizada e que aquele senhor município tinha vindo trazer aqui à Assembleia. Eu próprio estive no local com ele, e com outros municípios que têm o problema em Cacia, com as pessoas da REFER, com o engenheiro responsável por este troço da obra da linha do norte. Identificámos uma solução, essa solução veio à Câmara, foi ao conhecimento da Junta de Freguesia e foi aprovada essa solução por parte da REFER e foi transmitida aos senhores agricultores. Mais, dado que é uma solução que obriga a uma obra que demora algum tempo foi colocada a possibilidade aos senhores agricultores de serem indemnizados – aliás creio que isso acabou por ser transmitido nas notícias que saíram agora nos últimos dias – serem indemnizados e terem um apoio no transporte dos seus bens de um lado para o outro da linha; e essa situação, depois de estar perfeitamente resolvida e calma. Agora, no dia – pela minha sensação (porque estive lá), o que aconteceu é que houve um conjunto de situações, pessoas que pensavam que a passagem de nível era encerrada e que não podiam passar enquanto peões. Obviamente que isso não era verdade e portanto, esse problema não se punha. Pessoas obviamente que tinham problemas ainda no quadro de expropriações da REFER e que não tinham ainda recebido o dinheiro da REFER e obviamente aproveitaram para reclamar essa situação particular. E mais uma ou duas paralelas que não tinham a ver com os problemas da tracção animal, que afectam essencialmente – e está aqui o Senhor Presidente da Junta que não me vai deixar mentir, mas afectam 12 ou 15 famílias eventualmente no máximo e que tinham uma resposta muito precisa por parte da REFER, com a colaboração da Junta e da Câmara Municipal de Aveiro. Portanto, este conjunto de situações e alguma má informação, acabou por desembocar naquela situação pontual que foi prontamente resolvida com o maior civismo por parte de todas as pessoas que estavam lá, conversou-se um bocado e penso que as coisas estão ultrapassadas. Há um conjunto de situações que agora se vão verificar a seguir e que vão resolver em definitivo, nomeadamente o problema dos veículos de tracção animal. Os outros terão a resposta normal, nomeadamente o atravessamento de peões que será obviamente possível através de uma passagem superior de peões na própria gare, à imagem do que acontece neste momento nas Quintãs, e essas situações estavam todas a serem desencadeadas e a seguir aquilo que são as obras de modernização da linha do norte. Mercado Abastecedor e a nova localização. Houve um conjunto de negociações no sentido de encontrar uma solução alternativa à localização actual do Mercado Abastecedor, que

como sabemos esta Assembleia aprovou também um protocolo com a REFER que obriga a que esse mercado seja deslocado, para que as obras da nova estação tenham continuidade. Neste quadro começamos a explorar um conjunto de soluções alternativas de localização, uma das quais era em Cacia e obrigava a uma negociação – os pormenores não estou por dentro deles, penso que essa negociação ainda não se conseguiu concretizar ou se calhar nem se vai concretizar, de qualquer das formas os Serviços Municipais estão como uma solução já alternativa a desenvolver de forma a que o mercado seja localizado em zona próxima à que tem neste momento, também provisoriamente até à criação do novo Mercado Abastecedor de Aveiro, de forma a que as obras rapidamente continuem. Aliás neste momento estamos em obra, no plano de obra da REFER vai ter que se ocupar a prazo aquele espaço e portanto quando eles tiverem que o ocupar o mercado vai ter que ser deslocado.

Portanto, houve uma solução, no quadro das negociações, os próprios negociantes entenderam a meio da negociação que o espaço não seria o espaço suficiente para o desenrolar da sua actividade e portanto, houve aí algum retrocesso nesta situação. E estamos a trabalhar numa situação também provisória, em local próximo do que existe neste momento que de certa forma vai permitir a mudança de todos aqueles equipamentos para que o mercado se mantenha em funções rapidamente e que a obra continue.”

Membros da Assembleia

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD)

Presidente da Mesa

Continuando, o Presidente da Mesa deu por encerrada a primeira reunião desta Sessão Ordinária de Setembro, informando que a próxima reunião será no dia 16 de Setembro e para a qual seguirá convocatória, nos termos regimentais.

Eram 23:30 horas do dia 06 de Setembro de 2002.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação magnética de tudo quanto ocorreu na respectiva reunião, de acordo com o disposto no n.º 5 do artigo 61.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, funcionário municipal destacado nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.

(2:30)